



# REESCRITAS FEMINISTAS COM A CASA ALMERINDA GAMA: CONSTRUÇÃO DE CARTOGRAFIA JURÍDICA JUNTO À OCUPAÇÃO DE MULHERES (SESSÃO TEMÁTICA 10)

**Agnes Moraes Lopes Gama**  
UFRJ | agnesmoraes@ufrj.br

**Chiara Ferraz Galhanone**  
UFRJ | ferrazchiara@gmail.com

**Gabrieli Oliveira Pellenz**  
UFRJ | gabrielipellenz@gmail.com

**Maria Clara Cruz Silva do Nascimento**  
UFRJ | mariacsnclara@gmail.com

**Julia Ávila Franzoni**  
UFRJ | juliafranzoni@gmail.com

---

## Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

---

**Resumo:** A Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama é um projeto popular de abrigo, atendimento e formação política de mulheres vítimas de violência, idealizado e realizado pelo Movimento de Mulheres Olga Benario através da ocupação de um imóvel estatal abandonado na Rua da Carioca, Centro da cidade do Rio de Janeiro. O projeto da Reescrita Feminista com a Casa Almerinda Gama, coalizão do Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ) e da Agência IPPUR (UFRJ) em parceria com o Movimento Olga Benario, busca criar uma memória posicionada do processo de construção e luta jurídica pela Casa, mobilizando os repertórios cartográficos da pedagogia situada de forma a complexificar e expandir a história colocada pela disputa legal e construir uma contranarrativa que aponte para modos de produção do espaço mais justos.

**Palavras-chave:** feminismo, ocupação urbana, conhecimento situado, conflitos fundiários, teoria crítica.

## FEMINIST REWRITINGS WITH CASA ALMERINDA GAMA: CONSTRUCTION OF LEGAL CARTOGRAPHY WITH THE OCCUPATION OF WOMEN

**Abstract:** *The Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama is a popular project for shelter, care and political education for women who are victims of violence, conceived and carried out by the Olga Benario Women's Movement through the occupation of an abandoned state-owned property on Rua da Carioca, in the city center of Rio de Janeiro. The Feminist Rewriting project with Casa Almerinda Gama, a coalition of Labá - Law, Space & Politics (FND/UFRJ) and the IPPUR Agency (UFRJ) in partnership with the Olga Benario Movement, seeks to create a positioned memory of the process of construction and legal struggle for the Casa, mobilizing the cartographic repertoires of situated pedagogy in order to complexify and expand the history posed by the legal dispute and build a counter-narrative that points to fairer modes of production of space.*

**Keywords:** *feminism, urban occupation, situated knowledge, land conflicts, critical theory.*

## REESCRITURAS FEMINISTAS CON CASA ALMERINDA GAMA: CONSTRUCCIÓN DE CARTOGRAFÍA JURÍDICA JUNTO A LA OCUPACIÓN DE LAS MUJERES

**Resumen:** *La Casa de Referencia de la Mujer de Almerinda Gama es un proyecto popular de acogida, atención y formación política para mujeres víctimas de violencia, diseñado y realizado por el Movimiento de Mujeres Olga Benario a través de la ocupación de un inmueble estatal abandonado en la Rua da Carioca, centro de la ciudad de Río de Janeiro. El proyecto Reescritura Feminista con Casa Almerinda Gama, coalición de Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ) y Agência IPPUR (UFRJ) en alianza con el Movimiento Olga Benario, busca crear una memoria posicionada del proceso de construcción y lucha jurídica por la Cámara, movilizand los repertorios cartográficos de la pedagogía situada con el fin de complicar y ampliar la historia planteada por la disputa legal y construir una contranarrativa que apunte a formas más justas de producir espacio.*

**Palabras clave:** *feminismo, ocupación urbana, conocimiento situado, conflictos de tierras, teoría crítica.*

## INTRODUÇÃO

A Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama é um projeto popular de abrigo, atendimento e formação política de mulheres vítimas de violência, idealizado e realizado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário através da ocupação do imóvel abandonado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, na Rua da Carioca. Funcionando por meio de profissionais voluntárias e militantes, a ocupação busca denunciar a insuficiência de políticas públicas capazes de atender mulheres que sofrem violência de gênero e mostrar que há espaços que poderiam servir a essa função. Atualmente, o imóvel é objeto de uma disputa legal entre o Estado — proprietário nominal do terreno buscando a reintegração de posse — e o Movimento de Mulheres.

Com longo histórico de disputas pela posse e conformação do espaço urbano, o endereço na Rua da Carioca foi historicamente submetido a subsequentes alterações espaciais e mudanças na legislação urbanística que refletem diferentes projetos de legado para o local. Utilizando-se da narrativa de uma suposta “morte” do Centro da cidade, apoiada em parte pelo esvaziamento parcial dos comércios após o período pandêmico, a atual gestão da Prefeitura tem vendido a ideia de uma necessidade por “modernização” e “revitalização” da região com projetos como o Reviver Centro (LC n° 229/2021), aprovado às pressas sob um processo que atropelou até mesmo a elaboração e aprovação do novo Plano Diretor do Rio. Seguindo mais uma vez na tendência das grandes operações urbanas consorciadas, como o igualmente ineficaz Projeto do Porto Maravilha (LC n° 101/2009), a escolha por esse tipo de discurso desvela os verdadeiros interesses por trás das políticas urbanas neoliberais em comercializar o solo público, transformando a cidade em uma mercadoria voltada à iniciativa privada através de grandes construtoras e fundos de investimento.

Ainda nesse escopo contrário ao interesse público e de fortalecimento dos interesses políticos-econômicos do setor privado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES), em parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, contratou um estudo realizado por um consórcio entre cinco empresas privadas — nacionais e internacionais — e publicado em dezembro de 2023 sob o título de *Masterplan do Centro do Rio de Janeiro*. Nele, é feita uma proposta de redefinição do cenário urbanístico da região central, a partir de uma visão de “futuro desejado para o Centro do Rio de Janeiro”, focada na destinação de Ativos Imobiliários Públicos atualmente subutilizados de forma a “gerar atratividade e confiança para que pessoas, empresas e investidores decidam fazer parte desta transformação”. Dentre os imóveis públicos listados como alvos do projeto se encontra o endereço da ocupação. Nesses moldes, o Plano desconsidera os usos atuais e não apresenta mecanismos previstos de participação popular e gestão democrática no estudo e nas propostas do projeto, enquanto propagandeia um modelo de cidade descolado da realidade material dos corpos e do território.

Em contrapartida, a ocupação Almerinda Gama se coloca como modo de existência que provoca outros usos e arranjos institucionais e organizacionais para o centro da cidade, não

pautados pelos parâmetros capitalistas e que considera as condições e necessidades reais e urgentes. Apesar dos dados alarmantes de violência contra as mulheres, em crescimento por anos consecutivos segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cidade do Rio de Janeiro, a mais populosa do estado, conta apenas com quatro equipamentos de atendimento à mulher em situação de violência e duas casas abrigos sigilosas (CEDIM, 2024). Em contraponto, apenas na região central, a cidade possui 877 imóveis vazios ou subutilizados (SAMPAIO, 2021) e os projetos institucionais que se apresentam para a localidade não consideram as vontades populares, mas sim envolvem o interesse do mercado financeiro, como o Reviver Rua da Carioca, sub operação do Reviver Centro, que propõe a criação da “Rua da Cerveja artesanal”, desafiando a preservação da própria memória histórica do local. Ainda, ao realizar o abrigamento, a ocupação põe enfoque na problemática advinda da feminização do déficit habitacional, uma vez que uma das consequências da violência doméstica é a as mulheres terem que deixar o lar que residem para que possam não serem mais violentadas e perdem sua rede de apoio. Neste cenário, a ocupação de mulheres é, além de forma de denúncia, a construção de uma alternativa popular que provoca quem produz e organiza o espaço urbano.

Assim, desde o surgimento da Casa em 2022, o Labá e outros diversos grupos universitários de pesquisa e extensão estabelecem parcerias com o Movimento a fim de ocupar o espaço com oficinas de formação, pesquisa e projetos culturais na intenção de fortalecer a ocupação e defender a importância da função social dada ao imóvel, inclusive prestando assessoria jurídica popular. É nesse contexto que o Labá - Direito, Espaço e Política (FND-UFRJ) e Corpografias - Gênero, Raça, e Direito (FND e IPPUR-UFRJ) realizam, como parte do curso de extensão Reescritas Feministas, oficinas e atividades de formação na Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama para debater sobre perspectivas feministas, violência de gênero e reprodução social. O projeto, agindo em conjunto com a iniciativa nacional do Projeto Julgamentos Feministas, segue na mesma linha de um conjunto de iniciativas internacionais intitulado “Feminist Judgments Projects”, cuja proposta é reescrever decisões judiciais a partir de perspectivas feministas. As estratégias desse projeto combinam diferentes práticas de ensino-aprendizagem para “especializar” o direito (FRANZONI, 2019), que se corporificam em espaços de encontro, conflito e de rede.

No período inicial do projeto, a partir da utilização dos repertórios teóricos-práticos do conhecimento situado, os encontros foram exercícios de tramar as histórias pessoais das participantes e os direcionamentos dos projetos de pesquisa-extensão para compor as reescritas como um processo de multiplicação de perspectivas que permitisse reposicionar e rearranjar os enredos dos três casos jurisdicionais escolhidos. Ao final desse ciclo de encontros, nesse contexto de debate e construção coletiva de metodologias para reescritas judiciais, dentro da ocupação Almerinda Gama, as reflexões abriram margem para nova agenda de pesquisa empírica: a reescrita do caso da própria Casa, contrastando a história contada pelo processo judicial e a história social, de modo a evidenciar a memória social do conflito.

## OBJETIVO

O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar a continuidade do projeto Reescrita de Jurisprudências Feministas, coalizão entre o grupo de pesquisa Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), em parceria com o Movimento de Mulheres Olga Benario (MOB) e a Agência IPPUR (UFRJ), discorrendo sobre a metodologia e resultados parciais do processo de construção da Reescrita da história da Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama. A partir da utilização da estratégia de elaborar raciocínios centrados no espaço, na situação e no corpo, a proposta da Reescrita com a Casa Almerinda Gama é contrapor a história contada pelo processo judicial com a história social, a fim de complexificar o conflito com a evidência da camada da memória social, reivindicando outros métodos de compreensão política e social. Pensada no formato de uma linha do tempo, a pesquisa pretende criar uma cartografia da ocupação, mapeando os acontecimentos no tempo e no espaço e, nesse processo, contrastando a pluralidade das ações que criam e mantêm os fatos sociais vividos com a incompletude que os fatos jurídicos representam frente a estes. Com isso, o trabalho objetiva criar uma “memória posicionada” da Casa, a partir dos repertórios cartográficos da pedagogia situada, capaz de problematizar a disputa jurídica e ajudar a pensar em outros modos de produção do espaço, tendo em vista tanto a disputa pela história da ocupação e do movimento, como a disputa política e social pelo projeto de cidade-capital.

Partindo da compreensão, aguçada pelo projeto de reescritas jurisdicionais realizado anteriormente, de que o “mundo dos autos” não é o suficiente para contar toda a história de um conflito e que, no caso da ocupação, sequer comporta a memória da Casa, revela-se a necessidade histórica do registro da memória como instrumento político de reescrita. Ainda, considerando o recente cenário político e social que colocou a Rua da Carioca em evidência como catalisador de diferentes projetos de futuro para o Centro do Rio através de discursos que reforçam a ideia de uma cidade “morta” e “ultrapassada” que precisaria ser “requalificada” e “revitalizada” a fim de submetê-la à espoliação pelo mercado imobiliário, torna-se ainda mais evidente o poder no estabelecimento e instrumentalização de determinada narrativa. Portanto, no intuito de criar uma zona de contestação desses discursos na qual possa aparecer também a narrativa da ocupação através das mulheres que a constroem diariamente, começa o processo de construção da Reescrita da Casa mobilizando registros em diferentes formatos e fazendo aparecer uma contranarrativa que interpela a disputa legal e nos ajuda a pensar em uma produção do espaço mais justa. Desse modo, a intenção da reescrita não é a de apagar uma história em detrimento da outra, mas sim de adicionar à dimensão institucional, a dimensão social, por meio do contraste narrativo, e visualizar como o processo judicial interfere na materialidade, tanto quanto os processos do movimento social interferem no conflito institucional, e como ambos, em diferentes escalas, interferem na produção do espaço urbano.

## METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A fim de pactuar a metodologia do projeto de Reescritas, realizamos encontros internos para debate da construção da metodologia da Linha do Tempo contrastando a história social e a dos autos judiciais, a partir da dimensão da pedagogia situada, conceito que sintetiza a união semântica dos nossos nós epistêmicos: conhecimento situado, pedagogia da autonomia, materialismo histórico e advocacia popular (FRANZONI, ALMEIDA, 2021). Os encontros periódicos se deram por meio de oficinas realizadas de forma intercalada entre o espaço da Ocupação e o da Universidade. Estas oficinas, que foram realizadas em parceria com extensionistas do Labá (FND/UFRJ) e da Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES/UFRJ) e com integrantes da Casa de Referência Almerinda, são parte fundamental da nossa construção metodológica, pensada em conjunto com as coordenadoras e ocupantes da Casa, não só para a qualificação do trabalho de seleção dos registros, a partir da escuta de suas vivências e impressões, mas também para definir as formas de apresentação, sempre levando em conta que o exercício de memória é um instrumento pelo qual as mulheres podem se apropriar dos próprios caminhos de militância que vem construindo diariamente.

A forma escolhida para materializar a memória foi a construção de uma linha do tempo capaz de contar a história narrada pelos autos (pelos processos judiciais) e a história narrada pelas pessoas que compõem a Almerinda. Ou seja, fazer a contação da história de luta numa dimensão institucional e depois cruzar essas histórias para remontar uma reescrita do caso. A partir do uso de uma metodologia própria, centrada no corpo e no espaço, pretendemos demonstrar que o processo judicial não dá conta de contar a história toda a luta pelo espaço. Nesse sentido, os encontros foram realizados de forma que priorizasse a escuta, diálogo coletivo e o posicionamento político da Casa, ressaltando a sua reprodução social.

A linha do tempo da história social é reconstrução da memória da luta da ocupação do ponto de vista da atuação do movimento, contando a história do processo pelas ações de quem lutou para construir a Casa em vez da narrativa que é colocada pelos autos processuais. Já a reescrita do processo judicial — que inclui i. o processo originário, ii. o agravo de instrumento e iii. o agravo do agravo de instrumento — pretende contar como a história processual vem sendo contada no “mundo dos autos”, esmiuçando os movimentos do processo para entendermos como ela tá sendo contada, quem está contando (os sujeitos), porque está sendo contado desse jeito e não de outro, o tempo das coisas (quando aconteceu/a época dos fatos), suas fundamentações do discurso (os argumentos usados), seus objetivos e suas consequências no mundo real. Para isso construímos duas matrizes, que são o material base com todos os dados coletados e sistematizados.

Para história social, o levantamento dos dados foi feito primariamente pela página da ocupação no instagram (@casaalmerindagama), considerando que este é o principal meio de comunicação da Casa e o canal pelo qual o Movimento consegue contar sua versão dos fatos e manter registros dos acontecimentos. Para o levantamento de dados do processo judicial

foram extraídas informações dos processos eletrônicos (site do Tribunal de Justiça). Para facilitar a sistematização dos dados foram escolhidos alguns indicadores, que foram pensados para facilitar a comparação entre as duas matrizes, sendo eles como se seguem.

- (i) data: permite a localização do ato no tempo para traçar a relação temporal entre a luta institucional e a luta social do conflito nas redes e nas ruas.
- (ii) ato/movimentação processual: na história judicial são as denominações dadas às movimentações do processo praticado pelas partes ao longo da sua tramitação, ou seja, os nomes técnicos dados a todo ato (ex.: petição, despachos, decisão interlocutória, sentença, recursos,) praticado em juízo pelos sujeitos do processo (autor, réu, juiz, cartório etc). Já para a história social, como não existem nomes técnicos para as ações realizadas pelo movimento, após amplos debates e do trabalho coletivo nas oficinas as movimentações foram agrupadas em cinco categorias (ação direta, infraestrutura, evento, manifestação de apoio e incidência política institucional) de forma a facilitar também a análise quantitativa (ex.: quantos eventos voltados à formação foram organizados pela casa, quantas campanhas de doação foram mobilizadas, etc).
- (iii) natureza: para o processo judicial indica o objetivo, a raiz (o que está sendo pedido) do ato processual (ex: solicita a imediata remoção das ocupantes). Para a história social especifica melhor a ação dentro dessas categorias colocadas (ex.: sobre o quê foi a denúncia, qual o tipo de evento realizado, que tipo de atividade de finanças foi organizada, etc).
- (iv) sujeitos: para o processo judicial são as partes responsáveis por praticar ou sofrer um Ato dentro do processo, os sujeitos principais são o juiz, autor (o Estado representado pela PGE) e réu (as moradoras da Casa Almerinda representadas por suas advogadas), mas também podem ser encontrados atos de oficiais de justiça, do Ministério Público, do amicus curiae da OAB, etc. Além disso, através dos anexos podem aparecer outros sujeitos que fornecem informações relevantes para os atos processuais, como defesa civil, parlamentares, etc. Para a história social são todos os envolvidos no Ato, entre atores que interagem com a Casa como aliados (como por exemplo um movimento estudantil, uma deputada ou deputado, pessoas sem associação que só querem apoiar, etc), como opositores à ocupação (como a Polícia Militar, a Guarda Municipal, etc) e ainda atores sobre os quais podemos questionar serem ou não aliados em determinados momentos (como a mídia, sites de notícias específicos, etc).
- (v) fonte: onde foram encontradas as informações do processo, no caso da história processual são as folhas e anexos do processo, e para a história social, o link para o post no instagram da Casa específico àquele Ato da matriz.

- (vi) espaço: essa é uma categoria própria dos processos sociais porque eles sempre se dão nos espaços, seja ele físico ou virtual (como por exemplo uma nota de apoio de outro movimento ou de um ator político no próprio instagram), mas que também extrapolam pra fora da Casa (em ações como atos em outros bairros, reuniões em outras ocupações, panfletagens em locais de maior circulação de pessoas, etc).

Figura 1: Matriz - Movimentos Processuais, Casa Almerinda Gama

1	A	B	C	D	E	F	G	H
2	Nº MOVIMENTO	DATA	ATO	NATUREZA	SUJEITOS	FONTE		
3		dia	mes	ano				
4	1	20	5	2022	Distribuição	Distribuição do processo	Cartório da 1ª Vara de Fazenda Pública	
5	2	20	5	2022	Petição inicial	pedista do imóvel em causa e a sua restrição ao Estado; Solicita	Estado RJ/Procuradoria Geral do Estado [procurador: Alexandre Sulfro Scheider]	Rt. 21 - De Rt. 23 - De Rt. 27 - De Rt. 30 - De
6	3	23	5	2022	Despacho	Dispensa a realização da audiência de autocomposição	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa)	Rt. 48
7	4	24	5	2022	Intimação Eletrônica	Intimação da audiência de autocomposição e informa que o pedido de	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa)	Rt. 50
8	5	26	5	2022	Cartório de intimação	Certifica que a PGE foi regularmente intimada	Cartório da 1ª Vara de Fazenda Pública	Rt. 51
9	6	20	6	2022	Petição PGE - Agravo	Forma que interjú; Agravo de Instrumento contra a decisão de fo	Adutora do Patrimônio e do Meio Ambiente - PGE [Procurador: Alexandre Sulfro Scheider]	Rt. 54 e 68
10	7	19	8	2022	Despacho	Manutenção do despacho da folha 48	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa)	folha 70
11	8	25	8	2022	Intimação Eletrônica - Atos do juiz	a sobre a manutenção do despacho da folha 48 (dispensa da reali	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa)	folha 72
12	9	29	8	2022	Cartório de intimação	Certifica que a PGE foi regularmente intimada	Cartório da 1ª Vara de Fazenda Pública	folha 73
13	10	15	9	2022	Mandado de citação (Olga)	Cita as ocupantes do Olga para responder à ação	(Rbosa); Responsável pelo Expediente (Luiz Carlos Rodrigues Gaspar dos Santos); Ar	Rt. 75 - 76
14	11	25	10	2022	Cartório mandado (Olga)	so das ocupantes do imóvel na pessoa da Ana Carolina Oliveira, s	Oficial de Justiça (Andreas Luis Figueiredo)	Rt. 78
15	12	19	12	2022	Petição PGE	peço para apresentação de contestação da defesa, e requer que	Adutora do Patrimônio e do Meio Ambiente - PGE [Procurador: Alexandre Sulfro Scheider]	folha 80
16	13	30	1	2023	Petição - Contestação Olga (Bani)	informe art. 565 do CPC e a Resolução 31 do CNJ; sugere que	Adutor Olga Benário (Dianelle Ramos da Silva); Advogado Populares/Grupos Univers	Rt. 82 e 104
17	14	13	3	2023	Atos Ordinatório Praticado	Certifica que a contestação da defesa de Rt. 82/104 é tempestiva	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa)	folha 152
18	15	13	3	2023	Atos Ordinatório Praticado	Réplica para o autor	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa)	folha 153
19	16	14	3	2023	Intimação Eletrônica - Atos da servente	Intima a PGE para apresentar réplica	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa)	folha 153
20	17	15	3	2023	Cartório de intimação	Certifica que a PGE foi regularmente intimada	Cartório da 1ª Vara de Fazenda Pública	folha 155
21	18	2	5	2023	Petição - Réplica PGE	lar que sejam julgados procedentes os pedidos formulados na in	Adutora do Patrimônio e do Meio Ambiente - PGE [Procurador: Alexandre Sulfro Scheider]	Rt. 158 e 161
22	19	23	5	2023	Atos ordinatório praticado	Certifica que a Réplica da PGE de Rt. 158/161 é tempestiva	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa) / Cartório da 1ª Vara de Fazenda Públi	folha 162
23	20	23	5	2023	Atos ordinatório praticado	se apresentem provas. Abre para manifestação do MP após o	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa) / Cartório da 1ª Vara de Fazenda Públi	folha 163
24	21	23	5	2023	Intimação eletrônica Olga - Atos da servente	Intima Olga para apresentar provas	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa) / Cartório da 1ª Vara de Fazenda Públi	Rt. 164 e 166
25	22	23	5	2023	Intimação eletrônica	Intima Olga para apresentar provas	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa) / Cartório da 1ª Vara de Fazenda Públi	folha 167
26	23	26	5	2023	Petição	informa que não possui provas adicionais a produzir	Adutora do Patrimônio e do Meio Ambiente - PGE [Procurador: Alexandre Sulfro Scheider]	folha 169
27	24	26	5	2023	Cartório de intimação	PGE foi regularmente intimada sobre a apresentação de provas	Cartório da 1ª Vara de Fazenda Pública	folha 170
28	25	7	6	2023	Intimação Olga - Atos da servente	Olga foi tacitamente intimada sobre a apresentação de provas	Cartório da 1ª Vara de Fazenda Pública	Rt. 171 e 172
29	26	14	6	2023	Petição Olga - provas	11/148); produção de prova oral com o depoimento pessoal da	Adutor Olga Benário (Dianelle Ramos da Silva); Advogado Populares/Grupos Univers	Rt. 174 e 187
30	27	25	6	2023	Atos ordinatório praticado	que as partes se manifestarem em prove. Abre para manifesta	Juiz Titular (Alonso Henrique Ferreira Barbosa) / Cartório da 1ª Vara de Fazenda Públi	folha 188

Fonte: Elaboração própria

Figura 2: Matriz - História Social, Casa Almerinda Gama

1	A	B	C	D	E	F	G	H
2	DATA	ATO	NATUREZA	SUJEITOS	ESPAÇO	FONTE		
39	12 3 2022	Incidência política institucional	Visita do pres. da Unidade Popular Leo Péricles em apoio à Casa	Mov. Olga Benário ; Leonardo Péricles (UP) ; Unidade Popular (UP)	Casa Almerinda Gama	<a href="https://www.instagram.com/p/CbC-8BquMoa/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/CbC-8BquMoa/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
40	12 3 2022	Ação direta	Convocação para mutirão de limpeza	Mov. Olga Benário	Virtual	<a href="https://www.instagram.com/p/CbBIerkuYMy/">https://www.instagram.com/p/CbBIerkuYMy/</a>		
41	13 3 2022	Infraestrutura	Mutirão de limpeza	Mov. Olga Benário ; Apoiadores	Casa Almerinda Gama	<a href="https://www.instagram.com/p/CbBIerkuYMy/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/CbBIerkuYMy/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
42	13 3 2022	Ação direta	Divulgação do trabalho da ocupação	Mov. Olga Benário	Virtual	<a href="https://www.instagram.com/feed/CbDppw1AG1e/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/feed/CbDppw1AG1e/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
43	14 3 2022	Ação direta	Convocação para aula de capoeira	Mov. Olga Benário	Casa Almerinda Gama	<a href="https://www.instagram.com/p/Cb1o5QcBnN/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/Cb1o5QcBnN/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
44	14 3 2022	Evento	Aula de Capoeira aberta ao público	Mov. Olga Benário ; Apoiadores	Casa Almerinda Gama	<a href="https://www.instagram.com/p/Cb1o5QcBnN/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/Cb1o5QcBnN/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
45	14 3 2022	Infraestrutura/Finanças	Venda de blusas da Casa Almerinda Gama para arrecadação de fundos	Mov. Olga Benário	Virtual	<a href="https://www.instagram.com/p/CbEgbborYSE/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/CbEgbborYSE/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
46	14 3 2022	Manifestação de apoio	Publicação do DCE Mário Prata UFRJ em apoio à Casa	Mov. Olga Benário ; DCE UFRJ	Virtual	<a href="https://www.instagram.com/p/CbGudNqrFW/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/CbGudNqrFW/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
47	14 3 2022	Incidência política institucional	Visita do Dep. Glauber Braga (PSOL) e transmissão de live em apoio à Casa	Mov. Olga Benário ; Deputado Glauber Braga (PSOL)	Casa Almerinda Gama	<a href="https://www.instagram.com/p/CbPPrxw_K/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/CbPPrxw_K/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		
48	15 3 2022	Ação direta	Divulgação sobre roda de conversa sobre combate ao machismo	Mov. Olga Benário	Casa Almerinda Gama	<a href="https://www.instagram.com/p/Cb1GoFhrKZw/">https://www.instagram.com/p/Cb1GoFhrKZw/</a>		
49	15 3 2022	Evento	Roda de conversa sobre combate ao machismo aberta ao público	Mov. Olga Benário ; Apoiadores	Casa Almerinda Gama	<a href="https://www.instagram.com/p/Cb1COXhrOx/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==">https://www.instagram.com/p/Cb1COXhrOx/?utm_source=ig_web_copy_link&amp;igshid=MzRlODBlNWFlZA==</a>		

Fonte: Elaboração própria

Após o esforço de resumir e organizar todas as ações, partimos para o debate sobre quais delas aparecerão na Linha do Tempo e refletimos coletivamente sobre os critérios de seleção, que podem ser de relevância e de tendência. Uma grande preocupação do projeto foi em como definir as formas de representação, em especial na forma de retratar o tempo e o espaço. O processo judicial possui uma organização linear de eventos com marcações de tempo pautadas pela estipulação de prazos e pela prática de atos que impulsionam ou freiam a movimentação do processo. No entanto, isso muda quando se trata da experiência do tempo a partir das dinâmicas concretas da ocupação, do "mundo real", que ocorrem em múltiplas escalas - como a temporalidade do cotidiano e das tarefas diárias de organização, até a temporalidade contínua das ações de infraestrutura e das redes de apoio - e múltiplas velocidades, por vezes marcadas pela urgência, outras vezes por processos lentos e persistentes.

O espaço, por sua vez, é uma categoria central para a ocupação, não só porque fundamenta sua luta, na disputa pela produção do espaço na cidade, mas porque suas atividades se materializam e tomam corpo no espaço - da própria Casa, da rua, da internet. Distante, portanto, da abstração do “não-lugar” onde o processo judicial pretende se colocar, a memória social incorpora a espacialidade como categoria e elemento a ser representado, inclusive para que seja possível demonstrar como as movimentações no “mundo dos autos” provocam movimentações nos espaços do “mundo real”.

**Figura 3: 1ª Oficina presencial do projeto realizada na Casa**



Fonte: Acervo próprio

Para além da seleção das entradas na linha do tempo, também foi necessário discutir a representação destas. Esse exercício ajuda não só a estabelecer uma linguagem comum e acessível como também nos coloca a questionar com que propósito devem ser feitas as abreviações e como devem ser mobilizadas as simbologias, compreendendo por fim que o uso de eventuais iconografias não teria o papel de diminuir ou resumir as ações, mas sim de facilitar a visualização das repetições e identificação de padrões de comportamento. A formação interdisciplinar da equipe também colaborou nesse aspecto, ao reunir estudantes e profissionais de áreas que se utilizam de recursos visuais e (carto)gráficos com maior frequência, como a arquitetura e a geografia, as estratégias de materialização dessas narrativas em produtos gráficos se fortalecem através da instrumentalização desses conhecimentos.

Figura 4: 2ª Oficina presencial do projeto realizada na Casa



Fonte: Acervo próprio

A partir das demandas levantadas nas oficinas supracitadas e nas nossas reuniões periódicas, também realizamos uma Oficina de Contrastes, cujo objetivo foi a realização de um exercício coletivo para pensarmos os possíveis contrastes narrativos entre as duas histórias, observando os diferentes posicionamentos de sujeitos e relações, bem como seus desdobramentos no tempo e espaço, através das múltiplas perspectivas dos estudantes extensionistas envolvidos em diferentes etapas do projeto e da graduação.

Figura 5: Oficina de Contrastes na FND/UFRJ



Fonte: Acervo próprio

A construção das Linhas do tempo foi pensada para produzir o efeito direto e imediato de contraste: o que se vivia na realidade da Casa, das ocupantes, das abrigadas e de

suas parcerias e redes de apoio, em contraposição ao que se passava nas movimentações processuais. Quais enredos existem no mundo da vida e escapam à representação do conflito pelo processo judicial? Os contrastes narrativos, que surgem ao trazer ao “regime do visível” diferentes estórias, sujeitos e posições, desenvolvem-se por meio de diferentes espaços e tempos, evidenciados pela metodologia centralizada no espaço e nas situações. Com o esforço de compreender os diversos encontros entre agentes, interesses e formas de atuação, as estratégias multiplicadoras são ferramentas para auxiliar na demonstração de como as relações se manifestam no e pelo espaço-tempo. O que é urgente para o Estado, em termos de desenvolvimento econômico? O que é urgente para a Ocupação? Como garantir moradia e segurança para mulheres e crianças? O que uma Casa de Referência para Mulheres na Rua da Carioca nos faz ver além do Reviver Centro ou do Reviver Carioca? O que se prolonga no espaço-tempo que nos ajuda a pensar como as disputas territoriais no Rio de Janeiro se desenvolvem? O que rompe esses processos? O que é contínuo dentro e fora da Ocupação?

Para qualificar ainda mais as nossas formulações, realizamos uma Oficina de Escuta com mulheres que participaram e participam do processo de construção da ocupação Casa Almerinda Gama em diferentes momentos e posições (abrigadas, voluntárias, coordenação). Nessa etapa, pretendemos acrescentar o elemento da subjetividade presente nos testemunhos, seja como um registro, um som e/ou uma imagem, pois partimos do pressuposto de que o subjetivo e o objetivo não são hierárquicos e as duas dimensões importam para contar a história. Em contraste com o silenciamento e a recusa do sistema de justiça em ouvir a história da Casa e as histórias das ocupantes, buscamos destacar a finalidade de acolhimento da ocupação e, de alguma maneira, trazer ao regime do visível as histórias ordinárias que envolvem a Casa.

**Figura 6: Oficina de Escuta (Casa Almerinda Gama)**



Fonte: Acervo próprio

## RESULTADOS PARCIAIS

Após o esforço metodológico empregado para extrair as complexidades escondidas na narrativa institucional, é perceptível alguns resultados parciais sobre como o processo judicial não dá conta de contar a história desse conflito. A exemplo disso, podemos citar as petições da PGE que acionam mecanismos linguísticos criminalizadores, como o uso do termo “invasoras” ao se referir às ocupantes, descrevem a situação do imóvel como uma “área de risco” - apresentando laudo pericial produzido após a ocupação do prédio, que não se sabe como foi produzido, tendo em vista as medidas de segurança das ocupantes em relação à entrada de agentes institucionais na Casa - , desconsiderando o contralaudo produzido pelas arquitetas populares, que de fato entraram no imóvel para realizar a avaliação. A postura reiterada do Estado no processo de se negar a ouvir as mulheres desde o início do processo também é reveladora de sua omissão em contestar a lacuna de serviço público de enfrentamento à violência de gênero e a disputa pela função social do espaço. Esse silenciamento do movimento de mulheres pelo Estado pode ser identificado tanto por meio das inúmeras medidas jurídicas para que elas apresentassem sua defesa no processo, representado pela PGE, quanto por meio de decisões, do próprio juízo, dispensando a realização de audiência de autocomposição entre as partes e indeferindo o pedido de produção de provas testemunhal feito pelo movimento.

Ao mesmo passo, em contraste com a imagem do imóvel abandonado pelo Estado, na linha do tempo social, podemos ver o espaço sendo utilizado pelas mulheres para sediar atividades de lazer, de cultura e de educação (festas, exposições artísticas e encontros de grupos de extensão), além do trabalho de cuidado contínuo e o esforço de criar um espaço que denuncie, ao mesmo tempo, a falta de políticas públicas para o enfrentamento da violência de gênero e a especulação imobiliária - um grande jogo de lacunas, ausências e riscos criado pelo próprio Estado. Além disso, do ponto de vista do contraste com as tentativas de silenciamento no processo judicial, podemos perceber por meio dessa cartografia, ou Atlas, que a Casa apresenta uma postura aberta ao diálogo, desdobrando-se em diferentes ações diretas e de incidência política institucional, como participações em audiências públicas e a Campanha “#NegociaClaudioCastro” levantada nas redes do Movimento pela concessão de uso de imóvel.

Abrir-se para a multiplicidade de sujeitos, tempos e posições nos espaços, nos ajuda a pensar em termos de simultaneidade, refletindo sobre as continuidades e discontinuidades do Atlas. Nesse sentido, é possível perceber que o extenso e contínuo trabalho de cuidado entre as mulheres que constroem a Ocupação e mantém o espaço (através de mutirões de limpeza, ações de doações e outras estratégias para arrecadar dinheiro), busca criar um ambiente mais seguro para acolher e abrigar mulheres em situação de violência e/ou vulnerabilidade,

contestando a lacuna de serviço público no enfrentamento à violência de gênero e disputando a função social do espaço. Por essa razão, consensuamos que todas as ações relacionadas à infraestrutura (limpeza, luz, doação, água) precisam aparecer todos os meses da linha do tempo, ainda que não apareçam como um “marco”, justamente para demonstrar a dificuldade de manter o espaço.

Além disso, ainda refletindo com o objetivo de evidenciar uma lógica materialista, centrada na dimensão do cuidado e da reprodução social, bem diferente da lógica desespacializada do processo judicial, decidimos que o ícone da “rede de apoio”, as parcerias e as manifestações de apoio, precisam aparecer continuamente na linha do tempo, pois alguns parceiros aparecem no primeiro mês e perduram. Ademais, pode ser perigoso fazer parecer que as manifestações de apoio foram pontuais, de modo que a Casa poderia ter perdido apoio durante os meses. Encaminhamos que a equipe de montagem precisa formular uma maneira de representar isso visualmente, com atenção às possíveis armadilhas, de forma que todos os sujeitos possam aparecer sem hierarquização. Notar que para construir uma memória desse espaço, a rede de apoio é fundamental, em termos de continuidade, nos mostra algumas oportunidades para construção de alianças na promoção de mudanças territoriais mais equitativas. Pensar sobre outras sociabilidades e uma produção do espaço mais justa perpassa em refletir sobre a força das coalizões. O próprio Estado, nesse ponto, inclusive, é uma miríade de relações, por exemplo, aparecendo como favorável ao Movimento, com Moção de Louvor e Reconhecimento da Câmara Municipal.

## **CONCLUSÃO**

A experiência narrada tem contribuído para a efetivação da função social do espaço, representado pelo prédio público abandonado pelo Estado e reocupado pelo movimento de mulheres, e da própria Universidade Pública, que deve defender um tripé ensino-pesquisa-extensão de natureza popular, comprometido com a produção de saberes voltados para as problemáticas concretas da população.

A partir da metodologia pensada para os encontros de formação tem sido possível refletir sobre as disputas pelas produções da narrativa e sujeitos envolvidos. Com as experiências extensionistas, nosso trabalho reivindica o uso de outros métodos e repertórios teóricos-práticos para trabalhar com o direito na perspectiva dos movimentos sociais e direitos humanos. Buscamos ressaltar que o uso desta metodologia, sob a ótica de produção do direito junto a produção do espaço, possibilita conhecimentos que não aparecem nos processos judiciais, os quais produzem uma mudança na própria compreensão do que é o Estado e o Direito, podendo desencadear em possíveis direcionamentos efetivos na estruturação de políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero, sem ignorar as complexas camadas sociais presentes no conflito.

Por fim, a ideia com este projeto é contribuir para que o movimento social possa fazer o uso do material produzido como instrumento político de memória que contrapõe a

narrativa única colocada pelo Estado, podendo resultar em arranjos jurídicos mais justos para o conflito, entendendo que a construção da memória a partir da espacialidade “dá conta de contar” a partir dessas contestações e sobreposições de narrativa.

## REFERÊNCIAS

BNDES FEP Pró-Estruturação de Projetos - **Masterplan do Centro do Rio de Janeiro.**

<<https://www.bndes.gov.br/arquivos/fep-masterplan-rio/bndes-centro-rio-rj-produto-6.pdf>>

CEDIM. **Rede de Atendimento.** Disponível: <https://www.cedim.rj.gov.br/videos.asp>. Acesso em: 20 out. 2022.

DE ALMEIDA, P. O.; ÁVILA FRANZONI, J. **Cercos e tramas de pedagogia situada:** ensino do Direito em campos de várzea. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 8, n. 1, p. 249–280, 2022. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v8i1.40885. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/40885>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FRANZONI, J.: **O direito & o direito:** estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018.

SAMPAIO, L. **A desigualdade começa em casa:** RJ tem um déficit habitacional de 500 mil moradias. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 21 jul. 2021. Disponível: < <https://www.caurj.gov.br/a-desigualdade-comeca-em-casa-rj-tem-umdeficit-habitacional-de-500-mil-moradias/>>. Acesso em: 18 nov. 2022.